



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo: Gestão de políticas sociais

**Ferramentas informacionais, banco de dados e indicadores:
aprendizagem coletiva em sala de aula**

Paula Fonseca do Nascimento¹
Ariadne Thayla Aguiar Fernandes²
Amanda Alves Pires³
Conrado Felipe Gomes da Silva⁴

Resumo: Apresentamos aqui um trabalho coletivo construído entre docente e discentes, a partir da disciplina “Trabalho, documentação e informação” realizada no segundo semestre do ano de 2018, o trabalho final que consistia em construir, de forma individual, uma caracterização de municípios brasileiros previamente selecionados por suas particularidades a partir de consultas de site com banco de dados disponíveis e ferramentas informacionais que representam e apresentam a política pública nos municípios. Vários desafios foram enfrentados pelos discentes e muitos deles foram superados no decorrer das aulas, na construção do trabalho.

Palavras-chave: Indicadores; banco de dados; SAGI; IBGE; SEADE.

Abstract: We present here a collective work constructed between teachers and students, based on the discipline "Work, documentation and information" held in the second half of 2018, the final work that consisted in individually constructing a characterization of previously selected Brazilian municipalities for their particularities from site consultations with available databases and informational tools that represent and present the public policy in the municipalities. Several challenges were faced by the students and many of them were overcome during the lessons, in the construction of the work.

Keywords: Indicators; database; SAGI; IBGE; SEADE.

¹ Assistente Social, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Unesp câmpus Presidente Prudente e docente do curso de Serviço Social da FAPREV, paulageosocial@gmail.com

² Discente do curso do 5º termo de Serviço Social da FAPREV Presidente Venceslau, ariadneaguiaarmusic@outlook.com

³ Discente do curso do 5º termo de Serviço Social da FAPREV Presidente Venceslau, sdnama@outlook.com

⁴ Discente do curso do 5º termo de Serviço Social da FAPREV Presidente Venceslau, conradofelipe@outlook.com



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

INTRODUÇÃO

Historicamente, a Política de Assistência Social no Brasil não têm tradição no uso de dados e tecnologia e até o ano de 2003, não existiam dados específicos que contribuísse tanto para a gestão, quanto para o planejamento e operacionalização da assistência social.

Desta forma, expomos o objetivo do nosso trabalho que consiste em apresentar o resultado dos trabalhos finais da disciplina “Trabalho, documentação e informação” do 4º termo do curso de graduação em Serviço Social da Faculdade de Presidente Venceslau – FAPREV, finalizado no segundo semestre de 2018.

O objetivo do trabalho final da disciplina era que cada aluno iria construir uma caracterização de um município previamente escolhido pela docente, a partir de consultas de sites oficiais que disponibilizam banco de dados e ferramentas informacionais que contribuíssem para o planejamento, gestão e operacionalização da Política de Assistência Social. Os discentes ainda poderiam utilizar imagens de satélites para representar os municípios ou qualquer informação que julgassem importantes para trabalho.

É importante destacar que a Política de Assistência Social na atualidade, tem área específica para criar instrumentais para coletar dados do município, sistematizar esses dados e devolver para os equipamentos de forma que contribua no enfrentamento das diversas situações de vulnerabilidade e risco sociais, é chamada de Vigilância Socioassistencial, devendo ser formada por equipe técnica multidisciplinar para fazer essas leituras dos diversos territórios e toda sua complexidade com auxílio de dados e indicadores sociais, daí a importância de os discentes desde sua formação compreender a relevância de usar esses indicadores e mais que isso, saber manusear, sistematizar e consultar nas fontes oficiais.

Destacamos aqui a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI criada no ano de 2004 como um grande avanço e referência na gestão da informação da Política de Assistência Social, contribuindo para uma mudança de cenário. Mas é preciso reconhecer que anterior a criação da SAGI outras bases de dados já estavam disponíveis e eram apropriadas para construção de diagnósticos e leituras diversas da realidade brasileira na formulação, planejamento e gestão das políticas públicas de uma forma geral e a Assistência Social também se apropriava desses banco de dados e indicadores como ferramenta importante e aqui podemos destacar o IBGE e Fundação SEADE.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

1. DADOS E INDICADORES COMO FONTE DE INFORMAÇÃO

Mesmo não sendo tradição o uso de indicadores na trajetória histórica da Política de Assistência Social, é impossível pensar em planejar ou gerenciar uma política sem usar os indicadores para embasar seus objetivos e justificar tais investimentos. Mesmo assim, ainda é uma realidade distante se apropriar dos números para alguns profissionais que atuam nos diversos campos.

Para compreender melhor, é preciso analisar o que Jannuzzi (2002, p. 5) apresenta e afirma que “um Indicador Social é uma medida em geral quantitativa, dotada de significado social substantivo, utilizado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato”. O autor relata que o indicador social é um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre o aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão ocorrendo. Indicadores tem a finalidade de subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, bem como possibilita aprofundamento sobre as mudanças sociais e os determinantes dos diferentes fenômenos sociais. Jannuzzi (2002, p. 7) afirma ainda que a “seleção de indicadores é uma tarefa delicada, pois não existe uma teoria formal que permita orientá-la com estrita objetividade”. Assim, é preciso reconhecer a complexidade, mas também a relevância de se compreender o conceito, mas também sua aplicação prática.

Trabalhar com o conceito de indicadores sociais em sala de aula, a princípio, já é um desafio, buscar sua materialidade em um trabalho é um desafio ainda maior. Dessa forma, o trabalho final da nossa disciplina superou as expectativas e muitos desafios e limitações, pois muitos discentes saíram de suas zonas de confortos das leituras para acessar plataformas com bases de dados, muitos deles buscando conhecer municípios que nunca sequer ouviram falar.

Essa experiência foi rica no sentido de valorizar os dados, pois foi possível compreender, fazer leituras e analisar esses municípios a partir desses dados levantados, foi um ponto de partida e não de chegada, pois isso gerou muitos debates em sala e o entendimento que é preciso qualificar esses dados, muitas vezes ir até seus territórios para validar suas dinâmicas, compreender seus fenômenos e somente a título de exemplo, compreender o que houve em um determinado município com o aumento do desemprego, por ser o fechamento de uma grande empresa, mas isso só poderia ser validado in loco.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

As pesquisas para o trabalho aconteciam no laboratório de informática com a supervisão da docente responsável, desta forma, foi um trabalho coletivo e conforme os discentes avançavam nas pesquisas, isso gerava muita curiosidade, fazendo com que muitos buscassem outras fontes para conhecer mais profundamente seus municípios pesquisados.

2. FONTES OFICIAIS SAGI, SEADE, IBGE CIDADES E IPEA

Apresentamos aqui os principais sites utilizados pelos alunos para construção dos trabalhos da disciplina “Trabalho, documentação e informação”, para construção de uma caracterização desses municípios a partir da consulta desses sites. A seleção, organização e análise dos dados ficaram por conta de cada aluno, com a orientação do docente.

2.1 SAGI

Mesmo não sendo uma tradição o uso de indicadores na Política de Assistência Social, em tempos recentes avançamos tanto em quantidade como em qualidade, principalmente a partir da criação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI que disponibiliza além de dados atualizados, várias ferramentas que cruza dados, gera relatórios, mapas, gráficos que poderá auxiliar o dia a dia das equipes técnicas e gestores.

A criação da SAGI do antigo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e atual Ministério da Cidadania, no ano de 2004, constituiu um salto qualitativo na esfera federal e vem permitindo avanços sistemáticos na produção de informação de qualidade, integrando os esforços de monitoramento e potencializando uma visão de totalidade da política.

A SAGI realiza pesquisas, organiza informação, desenvolve estudos e instrumentos para auxiliar a gestão e o aprimoramento das ações e programas do Ministério da Cidadania, ocupando-se também da formulação de estratégias de disseminação e de capacitação de agentes públicos e sociais nas três esferas de governo, contribuindo para potencializar a eficiência, eficácia e efetividade das Políticas de Desenvolvimento Social.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

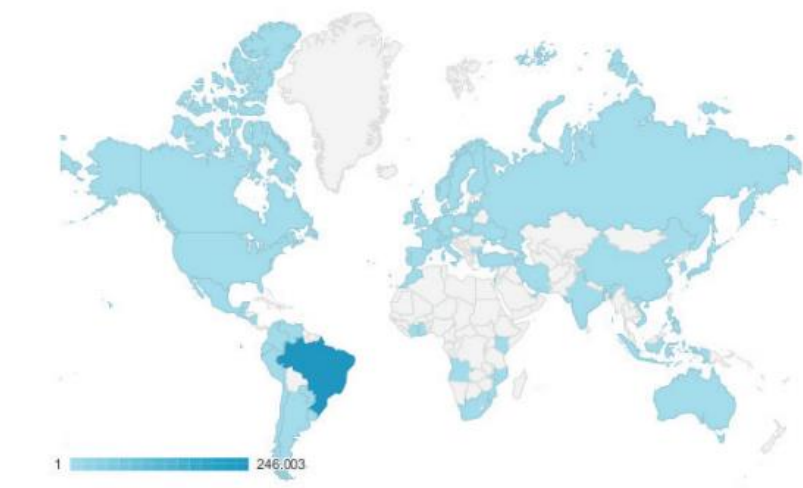
A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) é a unidade técnico administrativa do Ministério da Cidadania responsável pelas ações de gestão da informação, monitoramento, avaliação e capacitação/formação das políticas e programas do Ministério.

A Secretaria desenvolve atividades que permitem ao Ministério da Cidadania conhecer melhor o público-alvo de suas políticas, a lógica de intervenção de seus programas, os problemas e as melhores práticas de implementação de suas ações e, naturalmente, os resultados e impactos do esforço governamental na área do Desenvolvimento Social.

Mais precisamente, a SAGI subsidia técnicos e gestores dos três níveis de governo – Governo Federal, estados e municípios –, envolvidos nas Políticas de Desenvolvimento Social, na gestão cotidiana e no aprimoramento de programas e ações do Ministério, desenvolvendo ferramentas informacionais voltadas para a organização e disponibilização de dados na internet, painéis de indicadores de monitoramento, pesquisas de avaliação e estudos técnicos específicos. De modo a potencializar o uso desses instrumentos e disseminar o conhecimento produzido, a SAGI também realiza cursos de capacitação e de formação, de curta e média duração, presenciais e a distância, além de desenvolver produtos informacionais com conteúdo das várias temáticas do Ministério, distribuídos na forma de publicações impressas e em formato digitais.

Os sistemas da SAGI não são acessados apenas no Brasil. A Figura 1 apresenta um mapa com os acessos internacionais até 2016, com 63 países diferentes. O Reino Unido foi o país com a maioria dos acessos fora do Brasil. A SAGI está buscando entender o uso e o impacto das informações disponibilizadas para os usuários no exterior.

Figura 2: Acessos das ferramentas da SAGI até 2016.



Fonte: SAGI, 2016.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Um grande desafio é conquistar a visibilidade para que as soluções desenvolvidas pela SAGI sejam realmente valorizadas, com mais investimento em recursos humanos e infraestrutura.

2.2 Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE

O Seade, fundação vinculada à Secretaria de Governo, é um centro de referência nacional na produção e disseminação de análises e estatísticas socioeconômicas e demográficas. Para isso, realiza pesquisas diretas e levantamentos de informações produzidas por outras fontes, compondo um amplo acervo, disponibilizado gratuitamente, que permite a caracterização de diferentes aspectos da realidade socioeconômica do estado, de suas regiões e municípios e de sua evolução histórica.

Ao longo de 40 anos de atuação, a Seade tem se constituído em uma segura e sempre atualizada fonte de dados sobre o estado de São Paulo. As habilidades que a instituição desenvolve continuamente a capacitam para a criação e aprimoramento de metodologias e ferramentas para a formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, o que tem levado instituições das mais diferentes áreas de atuação a contratá-la para a prestação de serviços técnicos.

Sua extensa e diversificada linha de produtos e serviços tem auxiliado cidadãos, gestores públicos, empresários e jornalistas a compreender melhor as características específicas da realidade paulista, as mudanças sociais, as transformações econômicas e os impactos das políticas públicas nos seus 645 municípios.

Para disseminar sua produção, a Fundação Seade orienta-se pelas seguintes diretrizes:

3. Uso da internet como principal instrumento de disseminação;
4. Gratuidade de acesso;
5. Disponibilização de todo o acervo recente de informações;
6. Disponibilização, sempre que possível, dos microdados resultantes das pesquisas;
7. Fornecimento de metadados, como definições, classificações utilizadas, notas que sejam relevantes para a compreensão da informação;
8. Pesquisa e desenvolvimento permanente de sistemas e ferramentas para apresentação de informações;



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

9. Transferência de tecnologia e compartilhamento de soluções com instituições congêneres e parceiras.

2.3 IBGE Cidades e Indígenas

O IBGE Cidades é uma ferramenta do IBGE para se obter informações sobre todos os municípios do Brasil num mesmo lugar. Nesta ferramenta é possível encontrar gráficos, tabelas, históricos e mapas que traçam um perfil completo de cada uma das cidades brasileiras.

Veja tabelas e gráficos com as pesquisas do IBGE sobre todas as cidades e estados do país. Além disso você pode comparar municípios, ver rankings e séries históricas sobre diversos temas, como trabalho, educação, gênero, saúde, entre outros.

Também é possível conhecer a história de todas as cidades brasileiras e visualizar fotos do local. Há desde fotos históricas, de pontos turísticos e até mesmo de locais menos conhecidos dos municípios. As fotos disponíveis pertencem ao Acervo Fotográfico da biblioteca do IBGE.

Já o site do IBGE Indígena, foi criada em 19 de abril de 2012 em comemoração ao “Dia do Índio” e, também, seguindo a linha dos demais institutos internacionais de estatísticas que destacam esse segmento populacional em função da sua importância na formação dos seus respectivos povos.

As primeiras informações foram com base na categoria indígena do quesito cor e raça investigada nos censos de 1991, 2000 e 2010, desagregando pelas Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios.

O Censo Demográfico de 2010 aprimorou a pesquisa da população indígena investigando o pertencimento étnico e as línguas indígenas faladas, além de identificar a população residente na Terras Indígenas e fora delas. Nesse censo, foi aplicada uma nova metodologia para captação da população indígena dentro das Terras Indígenas, isto é, para aquelas pessoas que não se declararam indígenas no quesito cor ou raça, foi introduzido o quesito “Você se considera indígena?”, de acordo com seus costumes, tradições, cultura, antepassados, etc. Nas tabelas de etnia e língua falada, como também, na localização geográfica – Terras Indígenas, o quantitativo leva em consideração essa nova metodologia, logo não existe comparabilidade com os censos anteriores,



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Todos os sites supracitados, disponibilizam uma gama de dados, muitos em formato do Excel pronto para realizar seu georreferenciamento, construir gráficos, mapas, tabelas, enfim, muitas ferramentas informacionais que representam as características dos municípios brasileiros.

3. CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS: PARA ALÉM DE UM TRABALHO

Aqui apresentamos os municípios selecionados para a realização do trabalho final da disciplina, os sites utilizados e a seleção dos dados para elaboração da caracterização desses municípios a partir do acesso dos sites oficiais.

Os municípios selecionados se justificam por características territoriais, demográficas, populações específicas ou tradicionais, ou ainda por particularidades relacionadas ao acesso a Política de Assistência Social. Havia municípios de vários Estados e Regiões do Brasil, com uma diversidade representativa típica do nosso país que tem dimensão continental.

A maioria dos municípios são do Estado de São Paulo, dado interesse dos alunos em pesquisarem seus municípios de origem ou pela particularidade de alguns municípios, são eles: Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Pacaembu, Pracinha, Caiuá, Marabá Paulista, Mirante do Paranapanema, Presidente Venceslau, Altinópolis, Cananéia, Águas de São Pedro. Além de Caarapó, Corumbá e Dourados do Estado de Mato Grosso do Sul, Abaetetuba, Altamira, Melgaço do Estado do Pará, Parintins e Barcelos do Estado do Amazonas, Missão Velha do Estado do Ceará e Uruguaiana do Estado do Rio Grande do Sul.

Como já supracitado, a escolha dos municípios se justificam por suas características e particularidades e o resultado dos trabalhos como produto final da disciplina foi a apresentação dos municípios em um seminário realizado em sala de aula. Quando nos referimos as características e particularidades dos municípios estamos falando de: municípios com grandes extensões, baixa densidade demográfica, grande população ribeirinha, grande população indígena, municípios que valorizam as hidrovias e não rodovias, grande população rural, com pior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Brasil, municípios com fronteira internacional, municípios sem CRAS, município com mais de 50% de sua população vivendo encarcerada, estância turística, enfim, municípios



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

com dinâmicas socioespacial complexa, influenciando diretamente no acesso ou o não acesso da Política de Assistência Social e outras políticas públicas.

Mas os desafios enfrentados pelos alunos foram para a elaboração do trabalho foram muitos, desde a dificuldade no acesso a internet ou nas ferramentas do word para a elaboração do trabalho até a complexidade de se trabalhar com dados em tabelas de excel, além de suas respectivas análises e diversas leituras socioespaciais. Porém, compreendemos que muitos desses desafios foram ultrapassados de forma que várias limitações foram complementadas e preenchidas, cumprindo seu objetivo no processo de aprendizagem.

Além dos sites apresentados, os alunos puderam buscar imagens de satélite no Google, Google Earth, My Maps, Google Maps, enfim, usaram a criatividade para representar assentamentos rurais, aldeias indígenas, diferenciar áreas urbanas e rurais, ilhas, localizar equipamentos públicos como CRAS, CREAS, ESF, Escolas etc.

A complexidade na elaboração do trabalho extrapolava ao uso de ferramentas da internet, word e excel, talvez a maior complexidade e maior aprendizagem estava nas leituras e análises de seus respectivos municípios, pois os números (dados e indicadores obtidos nos banco de dados) não revelam a realidade e totalidade de um município, é preciso um olhar mais atento para qualificar os números e não congelar a realidade que é dinâmica e está sempre em movimento.

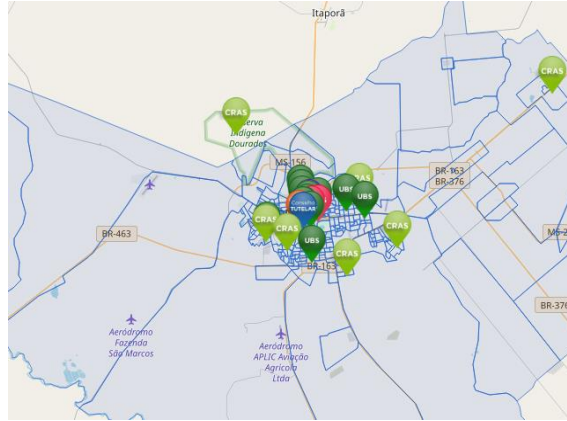
Aqui apresentamos algumas figuras apresentadas no trabalho final dos alunos, utilizando das ferramentas informacionais trabalhadas em sala de aula e das imagens de satélites, sendo analisada a partir de suas particularidades.

A Figura 1 representa a área urbana de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul e a Figura 2 a aldeia indígena Jaguapiru em Dourados no Estado de Mato Grosso do Sul,



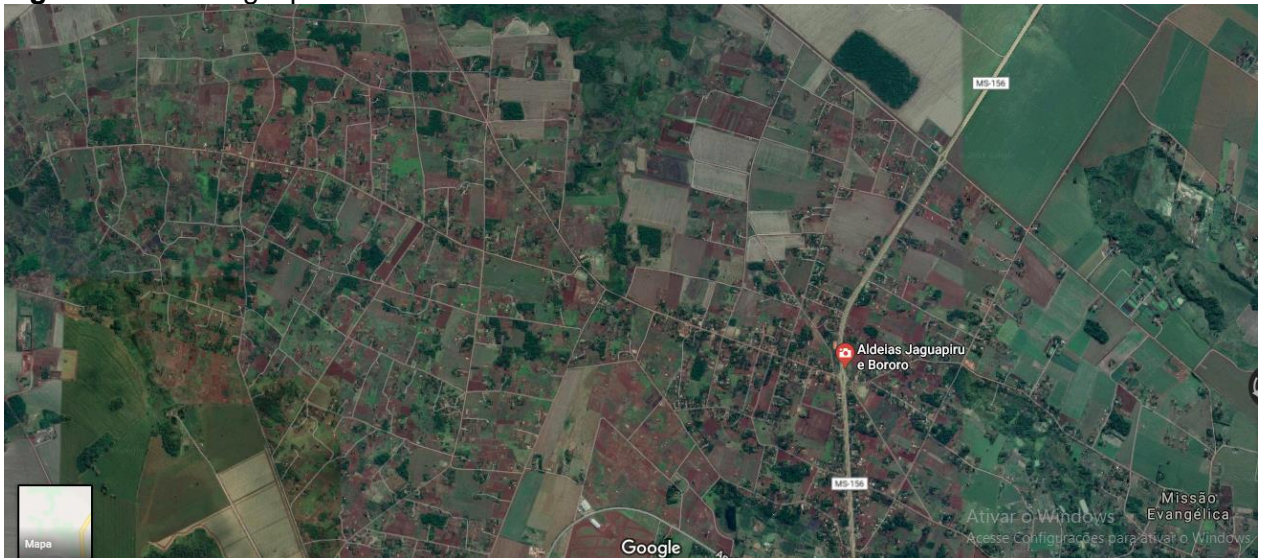
**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Figura 1. Área urbana e equipamentos públicos de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul.



Fonte: MOPS SAGI, MDS, 2018.

Figura 2. Aldeia Jaguapiru em Dourados estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: Google Maps, 2018.

A Figura 3, representa o município de Abaetetuba no estado do Pará, constituído por 72 ilhas e alguns equipamentos públicos e suas localizações.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Figura 3. Município de Abaetetuba, estado do Pará.



Fonte: MOPS SAGI, MDS, 2018

Figura 4. Município de Altamira – PA, maior município com extensão territorial do Brasil.



Fonte: Google Earth, 2018.

Figura 5. Município de Barcelos – AM, divisa com a Venezuela e grande extensão territorial



Fonte: Google Earth, 2018.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A proposta de elaboração de uma caracterização de um município brasileiro a partir de consulta de dados em sites oficiais se constituiu em um grande desafio por dois motivos: o primeiro diz respeito a limitação de muitos discentes com ferramentas básicas de internet e pacote office, pois isso extrapolava a questão acadêmica e muitas vezes passava pelo constrangimento. Essa questão foi resolvida parcialmente, pois o tempo era curto e não pôde ser totalmente resolvida, mas eles avançaram. O segundo motivo, que perpassa pelo primeiro, era a complexidade de se trabalhar com tabelas de dados do excel, já que cada tabela quando disponibilizada pelos sites, havia uma quantidade significativa de dados, mas vinham acompanhadas pelos seus respectivos dicionários de variáveis, mas isso atrasou muito o processo de aprendizagem.

Desta forma, a construção do trabalho final foi lenta, mas suficiente para instigar os discentes na busca por informações pelos municípios que cada um ficou responsável, buscando outras fontes além daquela apresentada em sala de aula.

A avaliação final sobre os trabalho foi muito positiva pois foi um período de aprendizagem e superação, além de uma certa desmistificação com relação ao números (ou dados) pois muitos discentes tiveram muita resistência em aderir ao trabalho, por “medo” ou “trauma” de se trabalhar com números, mas nos final, isso foi superado e o processo de aprendizagem muito rico.

5. REFERÊNCIAS

Brasil. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. N. 25 (2016). Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005. 296p.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais Rio de Janeiro: 51-72, Jan./Fev. 2002.